

Maria Isabel Martins Nunes Tiago, notária, Rua de Tomás da Anunciação, 66, 1.º, Lisboa;

Maria Isabel Rito Buco, notária, Rua de João Domingos Duarte, 5, Pintéus, 2660-170 Santo Antão do Tojal;

Maria Joana Goulão Machado, notária, Rua do Doutor Santos Rocha, 48, 3.º, esquerdo, 3030-206 Coimbra;

Maria José Gonçalves Maximino, auditora, Bairro do Sol, 8, 5070-018 Alijó;

Maria Lucília Ferreira Antunes Martins, notária, Rua do Progresso, 4, Carvalhais de Baixo, 3040-182 Coimbra;

Maria Margarida Martins Craceiro Mourão, auditora, Rua de Amélia Rey Colaço, 2, 2.º, esquerdo, 2685-183 Portela LRS;

Maria Marta de Matos Ferreira Chalaça das Neves, auditora, Rua de Vasco da Gama, 12, 9.º, direito, Urbanização do Infantado, 2670 Loures;

Maria Raquel Menezes Ribeiro Bravo Cardoso, auditora, Urbanização Cabeço de Maria, 13, 6290-522 Gouveia;

Maria Teresa Araújo Leite, notária, Avenida da República, 30, 5.º, direito, 1050-193 Lisboa;

Nuno Manuel Santos Louro, conservador, Rua da Salmoura, 13, 2925 Vendas de Azeitão;

Patrícia Gonçalves, auditora, Avenida de 25 de Abril, lote 69, 4.º, direito, Ramada, 2620-184 Odiveelas;

Paula Cistina Baptista Valentim, notária, Quinta dos Telheiros, lote 31, 1.º, direito, São Vicente, 2200 Abrantes;

Paula Cristina Rocha Teixeira de Oliveira Sobreiros, notária, Rua de Condeixinha, 16, 3150-132 Condeixa-a-Nova;

Paula Cristina Silva Leite, auditora, Rua do Visconde de Ovar, 225-A, 1.º, 3880-272 Ovar;

Pedro Alexandre Barreiros Nunes Rodrigues, notário, Rua das Amendoeiras, lote 5, 3.º, Lombos Sul, 2775-641 Carcavelos;

Pedro Miguel Neto Patrício, auditor, Rua do Marquês de Pombal, 64, 3070-327 Mira;

Raquel Salgueiro Palma Dorotêa, auditora, Rua do Prof. Salazar de Sousa, 16, 3.º, esquerdo, 1750-233 Lisboa;

Ricardo Nuno Carvalho da Fonseca Santos, auditor, Travessa da Rua do Padre Manuel da Nóbrega, lote 8, 5.º, esquerdo, 3000-353 Coimbra;

Rita Lança Moreira de Magalhães, auditora, Rua de Garcia de Horta, 26-B, 5.º, direito, 2800 Almada;

Rui Jorge da Fonseca Lopes, auditor, Rua de Jorge Anjinho, Urbanização Casal da Eira, lote 5, 2.º, frente, 3030-329 Coimbra;

Rui Manuel Justino Januário, auditor, Rua de Cesário Verde, 8, 7.º, esquerdo, 2670-527 Loures;

Sandra Cristina Vieira Ramos Neves de Oliveira Monteiro Brás, auditora, Avenida de 25 de Abril, lote 100, 2.º, direito, 2620-186 Ramada;

Sandra Filipa da Costa Carvalho Mancilha, auditora, Largo da Rainha Santa Isabel, Edifícios Presépio, bloco A, 2.º, direito, 2580 Alenquer;

Sónia Marisa Pires Vala, auditora, Rua do Prof. Reinaldo dos Santos, 5, 9.º, esquerdo, 1500-501 Lisboa;

Susana Olinda Machado Mendes, auditora, Rua de Nossa Senhora do Tojo, 2, Sentieiras, 2230-839 Fontes ABT;

Teresa Isabel Batista Mendes Nóbrega, notária, Estrada Nacional n.º 259, 26, 7900-234 Figueira dos Cavaleiros, Ferreira do Alentejo;

Vitorino José Marques Martins de Oliveira, notário, Alameda dos Oceanos, lote 4.49.01.B, 4.º, I, 1990-212 Lisboa.

23 de Dezembro de 2004. — A Juíza de Direito, (*Assinatura ilegível*). — O Escrivão de Direito, (*Assinatura ilegível*).

TRIBUNAL DE CONTAS

Gabinete do Conselheiro Presidente

Despacho n.º 718/2005 (2.ª série). — Nos termos do artigo 3.º, n.ºs 3 e 5, do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, nomeio adjunta do Gabinete do Conselheiro Presidente, com a concordância do conselheiro presidente, com efeitos a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 2005, a consultora do quadro da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, Dr.ª Maria da Conceição de Oliveira Lopes.

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio, fica a Dr.ª Maria da Conceição Oliveira Lopes autorizada a desempenhar as actividades previstas nas suas alíneas a) e b).

22 de Dezembro de 2004. — Pelo Presidente, o Vice-Presidente, *Ernesto Cunha*.

Direcção-Geral

Aviso n.º 229/2005 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 57/04-GP, de 22 de Dezembro, do conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas, no exercício da presidência, e nos termos do artigo 74.º, n.º 1, alínea m), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, dos artigos 11.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, do artigo 18.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 46/2000-GP, de 27 de Abril, e do artigo 10.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 56/2000-GP, de 7 de Junho, são nomeados, em comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, os seguintes auditores-coordenadores:

Assessor principal João Alexandre Tavares Gonçalves Figueiredo — auditor-coordenador do Departamento de Consultadoria e Planeamento.

Auditora Márcia da Conceição Condessa Brito Cardoso Vala — auditora-coordenadora dos Departamentos de Controlo Prévio e de Controlo Concomitante.

Consultora Maria Leonor Sardinha Corte-Real Amaral — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria I.

Auditora Maria Augusta de Campos Alvito — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria II.

Auditor Abílio Augusto Pereira de Matos — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria III.

Auditora Maria da Conceição dos Santos Vaz Antunes — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IV.

Auditora Maria da Luz Carmezim Pedrosa de Faria — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria V.

Auditora Ana Maria Fernandes de Sousa Bento — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria VI.

Auditor António Manuel Fonseca da Silva — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VII.

Inspector de finanças principal António Francisco Xavier de Sousa e Menezes — auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VIII.

Auditora Maria Gabriela Baptista Ramos — auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IX.

Auditor António Manuel Barata da Costa e Silva — auditor-coordenador do Departamento de Verificação Interna de Contas.

Auditor Carlos Manuel Maurício Bedo — auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Igualmente foi nomeado, pelo mesmo despacho, o auditor Rui Alberto Águas Trindade auditor-coordenador do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira, com efeitos a partir do dia 1 de Janeiro e até ao dia 30 de Junho de 2005. Em anexo — notas curriculares dos nomeados.

30 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.

ANEXO

Nota curricular de João Alexandre Tavares Gonçalves de Figueiredo

1 — Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1978.

2 — Técnico superior da Administração Pública, tendo exercido tais funções de 1979 a 1983 em serviços da Secretaria de Estado da Administração Pública e Ministério da Reforma Administrativa. É actualmente assessor principal da carreira técnica superior.

3 — Exerceu funções dirigentes, como chefe de divisão, director de serviços e subdirector-geral, de 1983 a 1991, no Instituto de Reinserção Social do Ministério da Justiça, Serviço de Administração e Função Pública e Instituto de Acção Social de Macau, e em 2003 na Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo do Ministério das Finanças.

4 — Foi chefe de gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça no XII Governo Constitucional, de 1991 a 1995, e chefe de gabinete do Ministro da Justiça no XIII Governo Constitucional, de 1995 a 1999.

5 — Foi presidente do Instituto de Reinserção Social e do respectivo conselho de gestão, de 1999 a 2001, e director-geral dos Serviços Prisionais, em 2001 e 2002.

6 — É auditor-coordenador do Departamento de Consultadoria e Planeamento da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Setembro de 2003.

7 — Foi membro da Comissão para a Qualidade e Racionalização da Administração Pública em 1992 e 1993, nomeado pelo Primeiro-Ministro; membro da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, autoridade administrativa independente que funciona junto da Assembleia da República, de 1994 a 2003, por designação do Governo, e membro do conselho de administração do Centro Pro-

tocolar de Formação Profissional para o Sector da Justiça de 1999 a 2002.

8 — Exerceu ainda funções em organismos internacionais, de 1999 a 2004, como membro do conselho de administração do European Offender Employment Forum e do conselho de administração da Conférence Permanente Européenne de la Probation, tendo sido presidente desta de 2001 a 2004.

9 — É autor de vários trabalhos publicados e participou, designadamente como conferencista ou moderador, em inúmeras conferências e seminários, nacionais e internacionais.

Nota curricular de Mária da Conceição Condessa Brito Cardoso Vala

1 — Auditora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

2 — Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa.

3 — Iniciou funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em 1991, ingressando na carreira de técnico superior em 1992, na área da fiscalização prévia.

4 — Contadora-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 10 de Outubro de 1996.

5 — Por despacho do conselho Presidente do Tribunal de Contas de 17 de Julho de 2000, foi nomeada auditora-chefe no Departamento de Controlo Prévio.

6 — Exerceu funções de auditora-coordenadora nos Departamentos de Controlo Prévio e Concomitante desde 23 de Novembro de 2000.

7 — Membro do grupo de trabalho encarregue de proceder à revisão do projecto das instruções sobre fiscalização prévia.

8 — Membro do grupo de trabalho encarregue de proceder à revisão do regime jurídico dos emolumentos do Tribunal de Contas.

9 — Membro do grupo de trabalho sobre contratação pública.

10 — Membro do grupo de trabalho para a reflexão sobre os modelos de gestão da qualidade.

11 — Monitora de acções de formação na área da contratação pública e fiscalização prévia.

12 — Nomeada membro do conselho de coordenação da avaliação de desempenho.

Nota curricular de Maria Leonor Sardinha Corte-Real Amaral

1 — Consultora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas e, desde Junho de 2000, auditora-coordenadora, em comissão de serviço.

2 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia, em 1982, com média final de 15 valores.

3 — Funcionária da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Fevereiro de 1981, tendo exercido funções como técnica até 1985, como técnica superior, no Gabinete de Estudos, entre 1985 e 1989 e funções dirigentes na área da fiscalização sucessiva desde Outubro de 1989. Exerce, desde Janeiro de 1999, funções de coordenação de um departamento de auditoria.

4 — Suspendeu a sua comissão de serviço entre Novembro de 1997 e Dezembro de 1998 para exercer funções de assessoria no Gabinete do Ministro da Ciência e da Tecnologia.

5 — Monitora de vários cursos de formação em áreas relacionadas com finanças públicas e auditoria.

6 — Consultora das Nações Unidas na área de formação em verificação de contas, tendo exercido essa actividade em Cabo Verde, em 1989.

7 — Consultora do Tribunal Administrativo de Moçambique, no âmbito do projecto de cooperação gerido pela Autoridade Nacional Sueca de Auditoria do Estado, entre 2000 e 2004.

Nota curricular de Maria Augusta de Campos Alvito

1 — Auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria II da Direcção-Geral do Tribunal de Contas, em comissão de serviço, desde Junho de 2000.

2 — Auditora do quadro do corpo especial de fiscalização e controlo da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1 de Dezembro de 1999.

3 — Licenciada em Finanças pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa em 1975, com a classificação final de 14 valores.

4 — Docente efectiva do 6.º grupo do ensino secundário, entre 1977 e 1984, tendo sido co-autora de duas publicações nas áreas de contabilidade e economia.

5 — Técnica superior do quadro do pessoal da Direcção-Geral da Organização Administrativa entre 1984 e 1986.

6 — Membro do Gabinete do Ministro da Justiça entre Janeiro de 1981 e Junho de 1983.

7 — Técnica superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas entre 1987 e 1999.

8 — Entre 2000 e 2004, foi consultora do Tribunal Administrativo de Moçambique no âmbito do projecto de cooperação gerido pela Autoridade Nacional Sueca de Auditoria do Estado.

Nota curricular de Abílio Augusto Pereira de Matos

1 — Auditor do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1 de Dezembro de 1999.

2 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, no ano lectivo de 1978.

3 — Funcionário do Centro Nacional de Pensões de 1974 a 1980.

4 — Técnico da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 1980 a 1985.

5 — Contador-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 1985 a 1998.

6 — Contador-geral assessor e vogal da Comissão Administrativa da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas de 1993 a 1995.

7 — Coordenador/auditor-coordenador da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 1999 a 2004, tendo exercido funções nos Departamentos de Auditoria VI — Finanças e Saúde e III — PIDDAC e Fundos Comunitários, cujo desempenho foi considerado positivo pelos juízes conselheiros das áreas e pelo conselheiro director-geral.

8 — Monitor de diversas acções de formação nas áreas de fiscalização sucessiva e prestação de contas, no âmbito da contabilidade orçamental e contabilidade patrimonial.

9 — Membro e coordenador de diversos grupos de trabalho, designadamente a elaboração das instruções para a organização e documentação das contas dos organismos autónomos e fundos públicos e demais serviços com contabilidade patrimonial, e das entidades envolvidas na vertente financeira do Quadro Comunitário de Apoio, das iniciativas comunitárias e do Fundo de Coesão; estrutura de missão encarregue da elaboração do Plano Oficial de Contabilidade Pública; sector empresarial público — caracterização e identificação sumária.

10 — Técnico oficial de contas e membro da Comissão de Harmonização.

Nota curricular de Maria da Conceição dos Santos Vaz Antunes

1 — Auditora-coordenadora desde Julho de 2000 até à presente data.

2 — Licenciada em Economia em 1980 pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Funcionária da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1980, exercendo funções técnicas na área da fiscalização sucessiva até 1985.

4 — Assessora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas até Dezembro de 1999.

5 — Auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Dezembro de 1999.

6 — Contadora-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Março de 1985, exercendo as funções de coordenadora de um sector de auditoria, em regime de gestão, de Dezembro de 1999 a Julho de 2000.

7 — Monitora de acções de formação nas áreas de fiscalização sucessiva e de prestação de contas.

8 — Membro da delegação portuguesa à reunião anual do International Board of Auditors da NATO com as Instituições Supremas de Controlo Financeiro dos países da NATO.

9 — Membro da delegação portuguesa à F-16 Conference com as Instituições Supremas de Controlo Financeiro dos países que participam no F-16 MNFP — Multinational Fighter Program.

Nota curricular de Maria da Luz Carmezim Pedroso de Faria

1 — Auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do Tribunal de Contas.

2 — Licenciada em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa.

3 — Iniciou funções na carreira técnica do Gabinete de Gestão Financeira da Justiça (1983-1986).

4 — Técnica superior da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1987, exercendo funções na área da administração local (1987-1996) e na área do PIDDAC e fundos comunitários (1999-2000).

5 — Nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão de Finanças Locais da Direcção-Geral de Administração Autárquica (1996-1998).

6 — Nomeada, em comissão de serviço, adjunta do Secretário de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território (1998-1999).

7 — Por despacho do conselho Presidente do Tribunal de Contas de 23 de Novembro de 2000, foi nomeada auditora-chefe do Departamento de Controlo Concomitante — UAT II — e, cumulativamente, do Departamento de Controlo Prévio — UAT I.

8 — Auditora-coordenadora do Departamento de Verificação Interna de Contas da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1 de Fevereiro de 2003.

9 — Representante do Tribunal de Contas na Comissão Técnica do Sector Público, Autarquias, Cooperativas e Desporto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

10 — Membro do grupo de trabalho encarregue de proceder à elaboração dos anteprojectos de manuais de procedimentos no âmbito de fiscalização prévia e concomitante da 1.ª Secção.

11 — Monitora de acções de formação nas áreas de fiscalização sucessiva, gestão autárquica, controlo orçamental e prestação de contas, auditoria dos serviços públicos e no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Nota curricular de Ana Maria Fernandes de Sousa Bento

1 — Auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria VI desde 8 de Novembro de 2000.

2 — Auditora do corpo especial de fiscalização e controlo do Tribunal de Contas.

3 — Auditora-chefe e auditora-coordenadora, em regime de substituição, dos Departamentos de Fiscalização Prévia e Concomitante entre 15 de Junho e 8 de Novembro de 2000.

4 — Contadora-geral, em regime de substituição, de 3 de Novembro de 1998 a 15 de Junho de 2000, exercendo funções nas áreas de fiscalização prévia e concomitante.

5 — Contadora-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 10 de Abril de 1995 a 2 de Novembro de 1998, exercendo funções na área de fiscalização prévia.

6 — Técnica superior da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1986, exercendo funções técnicas no Gabinete de Estudos (1986-1993) e no Serviço de Gestão de Pessoal (1993-1995).

7 — Funcionária da Direcção-Geral do Tesouro de 1977 a 1986, tendo ingressado na carreira técnica superior em 1980.

8 — Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa.

9 — Membro da Comissão da Dívida Pública da INTOSAI entre 1992 e 2001.

10 — Membro do Conselho Administrativo do Tribunal de Contas.

11 — Monitora de acções de formação nas áreas de fiscalização prévia, concomitante e sucessiva.

Nota curricular de António Manuel Fonseca da Silva

1 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1 de Dezembro de 1999.

2 — Licenciado em Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Línguas e Administração em 1988, com média final de 14 valores.

3 — Pós-graduado em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental, pelo IDEFE/ISEG, em 2002, com a classificação final de 16 valores, qualificação de *Bom com distinção*.

4 — Funcionário da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 16 de Janeiro de 1981, exercendo funções técnicas na área do controlo sucessivo até 11 de Dezembro de 1989.

5 — Contador-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 12 de Dezembro de 1989 a 12 de Outubro de 1992.

6 — Contador-geral da Direcção-Geral do Tribunal de Contas de 13 de Outubro de 1992 a 14 de Junho de 2000.

7 — Exerce, em comissão de serviço, desde 15 de Junho de 2000 as funções de auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VII.

8 — Membro convidado do corpo docente do curso de pós-graduação em Contabilidade Pública, especialização em Contabilidade no Sector da Segurança Social, na disciplina de Auditoria Pública, ministrado no Instituto de Estudos Avançados (IEA) — Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (IESC).

9 — Docente do Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade (IESC), onde ministra a disciplina de Gestão Financeira da Administração Pública Central, do 4.º ano da licenciatura em Contabilidade e Administração Pública.

10 — Detentor do curso de «Formação pedagógica de formadores» e monitor de acções de formação na Direcção-Geral do Tribunal de Contas e nas Secções Regionais dos Açores e da Madeira do Tribunal de Contas, no Instituto Nacional de Administração — INA, no Instituto de Gestão e Administração Pública — IGAP e em diversos serviços da Administração Pública, nas áreas da fiscalização sucessiva, de auditoria, da prestação de contas, do controlo da administração e das finanças públicas e do direito financeiro.

11 — Vogal efectivo e coordenador, em representação da administração, na comissão paritária nos anos de 1996, 1997 e 1998.

12 — Na qualidade de membro substituto e de assessor do Board of Auditors da UEO, participou, anualmente, no triénio de 1997 a 1999, em auditorias a três entidades — Secretaria-Geral (Bruxelas), Centro de Satélites (Torrejón-Madrid) e Instituto de Estudos de Segurança (Paris).

13 — Co-autor de diversas publicações, editadas pelo Tribunal de Contas, nomeadamente do projecto do *Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas*, vol. I, aprovado em sessão do plenário da 2.ª Secção de 28 de Janeiro de 1999.

14 — Membro do grupo de trabalho encarregue da preparação do projecto do *Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas*, vol. II.

Nota curricular de António Francisco Xavier de Sousa e Menezes

1 — Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (1980), com a classificação de *Bom* (14 valores), pelo Instituto Superior de Economia.

2 — Pós-graduação em Estudos Europeus (1987), com a classificação de *Bom* (14 valores), pela Universidade Católica Portuguesa.

3 — Revisor oficial de contas desde 1991.

4 — Subdirector-geral dos Impostos (2002 a 2004), director do Gabinete de Auditoria Interna da Administração Geral Tributária (2000 a 2002) e inspector de finanças-chefe da Inspeção-Geral de Finanças (1992 a 2000).

5 — Actualmente, é inspector de finanças superior principal do quadro da IGF.

6 — Exercício de funções de revisor oficial de contas em empresas públicas, sociedades anónimas e em institutos públicos, no período de 1992 a 2002.

7 — Exercício de funções docentes no ISCTE desde 1995 (Contabilidade de Gestão e Auditoria Financeira), na Overgest/ISCTE desde 1998 (Auditoria, POCP e POCAL — pós-graduações), no IESF em 1993 (Contabilidade Geral) e na Universidade Lusófona em 1992 (Gestão Financeira).

8 — Formador nas áreas de aprovisionamento e gestão hospitalar (1980 a 1983), auditoria (1992 a 2002) e POCP e POCAL (1998 a 2002).

Nota curricular de Maria Gabriela Baptista Ramos

1 — Coordenadora da área de controlo do sector público empresarial desde 1997 e, em 2000 e 2001, nomeada auditora-coordenadora do Departamento de Auditoria IX, que tem a seu cargo aquela área de controlo.

2 — Auditora do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

3 — Licenciada em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia, de Lisboa, em 1977.

4 — Desde Outubro de 1987, exerce funções na Direcção-Geral do Tribunal de Contas nos serviços de fiscalização sucessiva, tendo realizado auditorias financeiras e de gestão no domínio dos organismos e serviços do Ministério da Saúde, auditorias a programas e projectos incluídos no PIDDAC (Ministérios da Saúde e da Segurança Social), a uma acção co-financiada pelo FSE. Coordenação da auditoria de gestão ao Serviço Nacional de Saúde (1.ª fase — 1997) e co-elaboração do respectivo relatório final (2.ª fase — 1999), em resposta a solicitação, por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde, ao Tribunal de Contas. Realização da auditoria temática no âmbito do sector empresarial do Estado «Situação financeira do SEE e práticas de bom Governo».

5 — De 1986 a 1987 exerceu funções no âmbito do aprovisionamento na Direcção de Serviços de Administração Financeira e do Material da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos.

6 — Desempenhou funções no domínio da contabilidade analítica em estabelecimento fabril das Forças Armadas desde 1973, tendo sido nomeada responsável, entre 1981 e 1986, pela área da contabilidade geral.

7 — Membro do conselho geral da comissão de normalização contabilística e, entre 1999 e 2000, do conselho geral de normalização contabilística da Administração Pública.

8 — Co-autor na obra *Subsídios para a Modernização da Auditoria Pública em Portugal*, UAL, 2002.

Nota curricular de António Manuel Barata da Costa e Silva

1 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde 1 de Dezembro de 1999.

2 — Funcionário da Direcção-Geral do Tribunal de Contas desde Agosto de 1982, exercendo funções técnicas na área do controlo sucessivo até 1997.

3 — Contador-chefe da Direcção-Geral do Tribunal de Contas entre 8 de Janeiro de 1998 e 14 de Junho de 2000.

4 — Exerce, em comissão de serviço, desde 15 de Junho de 2000 as funções de auditor-coordenador do Departamento de Auditoria VIII.

5 — Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, 1989, e pós-graduação em Gestão e Controlo de Dinheiros Públicos, UAL, 2002.

6 — Representante da DGTC no grupo de trabalho para reforma da contabilidade autárquica.

7 — Membro do grupo de trabalho que elaborou as instruções n.º 1/92, instruções para a organização e documentação das contas

dos organismos e serviços com contabilidade autárquica, e do grupo de trabalho que elaborou as instruções n.º 1/94, instruções para a organização e documentação das contas dos serviços municipalizados e federações de municípios.

8 — Membro do grupo de trabalho que elaborou as instruções n.º 1/2001, instruções para a organização e documentação das contas das autarquias locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

9 — Co-autor do projecto de *Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas* (vol. 1.º), aprovado em plenário da 2.ª Secção de 28 de Janeiro de 1999, e membro do grupo de trabalho encarregue da preparação do projecto do *Manual de Auditoria e de Procedimentos do Tribunal de Contas* (vol. 2.º).

10 — Membro do grupo de trabalho encarregue da apresentação de proposta de revisão do regime jurídico dos emolumentos do Tribunal de Contas.

11 — Detentor do curso de «formação pedagógica de formadores» e monitor de acções de formação na Direcção-Geral do Tribunal de Contas e nas Secções Regionais dos Açores e da Madeira do Tribunal de Contas, no Instituto de Gestão e Administração Pública — IGAP e em diversos serviços da Administração Pública, nas áreas da fiscalização sucessiva, contabilidade, auditoria, prestação de contas e controlo interno.

Nota curricular de Carlos Manuel Maurício Bedo

1 — Auditor-coordenador do DAT (Departamento de Apoio Técnico-Operativo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, na vigência do plano trienal de 2002-2004.

2 — Auditor-coordenador do DAT (Departamento de Apoio Técnico-Operativo) da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, em regime de substituição, de 15 de Junho de 2000 a 31 de Dezembro de 2001.

3 — Auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal do Tribunal de Contas (Secção Regional dos Açores).

4 — Assessor da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, por inerência de funções, conforme o n.º 1 do artigo 105.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.

5 — Vogal efectivo do Conselho Administrativo da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e do seu Cofre Privativo desde 25 de Julho de 2000.

6 — Director regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA), da Administração Regional Autónoma dos Açores (22 de Fevereiro de 1983 a 30 de Novembro de 1996).

7 — Responsável, a nível dos Açores, pelas ligações com a União Europeia, nas questões do desenvolvimento regional e gestor dos programas operacionais da RAA, assim como seu representante nos QCA I e II (até finais de 1996).

8 — Director regional da Segurança Social dos Açores, Secretaria Regional dos Assuntos Sociais (21 de Maio de 1981 a 21 de Fevereiro de 1983).

9 — Vogal da comissão regional dos Açores para a preparação da integração europeia (1982 a 1986).

10 — Adjunto do coordenador do Gabinete de Apoio à Reconstrução, na sequência do sismo que afectou as ilhas Terceira, São Jorge e Graciosa (1 de Novembro de 1980 a 20 de Maio de 1981).

11 — Adjunto, para a área do planeamento, do Governo Regional dos Açores (22 de Outubro de 1979 a 31 de Outubro de 1980).

12 — Licenciatura em Finanças em 1975 (ISCEF). Pós-graduação — Programa Avançado de Gestão para Executivos —, Universidade Católica Portuguesa (22 Março a 14 Dezembro de 1996 — duzentas e vinte e cinco horas).

Nota curricular de Rui Alberto Águas Trindade

1 — Exerceu, desde Janeiro de 2002, funções de auditor-coordenador do Serviço de Apoio da Secção Regional da Madeira do Tribunal de Contas, participando, por inerência de funções, nas sessões da Secção Regional, na qualidade de assessor do juiz.

2 — Ingressou na Direcção-Geral do Tribunal de Contas em 1987, exercendo funções, em comissão de serviço, desde Outubro de 1989, como contador-chefe e auditor-chefe nas áreas de administração local, do PIDDAC e fundos comunitários.

3 — É, desde Dezembro de 1999, auditor do corpo especial de fiscalização e controlo do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Tribunal de Contas.

4 — Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa, com a classificação final de 14 valores.

5 — Foi técnico superior do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Autárquica entre 1983 e 1987.

6 — Monitor de acções de formação nas áreas de finanças públicas, de finanças autárquicas, de fiscalização sucessiva, de controlo financeiro e prestação de contas, e orador em conferências e seminários nos domínios do controlo financeiro e de auditoria pública.

7 — Formador do curso de pós-graduação em gestão autárquica avançada, em universidade privada.

8 — Autor e co-autor de alguns trabalhos nos domínios da fiscalização sucessiva, das finanças locais, do controlo financeiro e da prestação de contas.

Aviso n.º 230/2005 (2.ª série). — Pelo despacho n.º 58/2004-GP, de 22 de Dezembro, do conselheiro Vice-Presidente do Tribunal de Contas, no exercício da presidência, e nos termos dos artigos 74.º, n.º 1, alínea *m*), da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, 11.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 440/99, de 2 de Novembro, 18.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 46/2000-GP, de 27 de Abril, e 10.º do regulamento aprovado pelo despacho n.º 56/2000-GP, de 7 de Junho, são nomeados, em comissão de serviço, por três anos, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2005, os seguintes auditores-chefes:

Sede:

Consultora Eleonora Maria Reis Domingos Pereira Pais de Almeida — auditora-chefe do Departamento de Consultadoria e Planeamento.

Auditora Maria da Conceição Dias de Carvalho Poiães Oliveira — auditora-chefe da UAT I do Departamento de Controlo Prévio.

Auditora Maria Odete Conceição Cardoso Nunes Pereira — auditora-chefe da UAT II do Departamento de Controlo Prévio.

Técnica verificadora superior principal Helena Teresa Ferreira da Cruz Fernandes — auditora-chefe do Departamento de Controlo Concomitante.

Auditor Francisco Manuel Pina de Bianchi Moledo — auditor-chefe do Departamento de Auditoria I.

Auditor António Manuel Marques Marta — auditor-chefe do Departamento de Auditoria I.

Auditor José Manuel Lopes da Costa — auditor-chefe do Departamento de Auditoria II.

Auditor Luís Filipe Vieira Simões — auditor-chefe do Departamento de Auditoria II.

Técnico verificador superior principal António Manuel Marques do Rosário — auditor-chefe do Departamento de Auditoria III.

Auditor Nino Gil Zibaia da Conceição — auditor-chefe do Departamento de Auditoria III.

Técnico verificador superior de 1.ª classe António José Botelho de Sousa — auditor-chefe do Departamento de Auditoria IV.

Inspectora de finanças principal Maria José Sobral Pinto de Sousa — auditora-chefe do Departamento de Auditoria V.

Auditora Maria Isabel Duarte Leal Viegas — auditora-chefe do Departamento de Auditoria VI.

Auditor José António Palma e Santos Alves Carpinteiro — auditor-chefe do Departamento de Auditoria VI.

Técnica verificadora superior principal Maria Luísa Rato Bispo — auditora-chefe do Departamento de Auditoria VII.

Inspectora de finanças principal Ana Luísa Vieira Duarte Fraga — auditora-chefe do Departamento de Auditoria VIII.

Assessora principal Maria João Paula Lourenço — auditora-chefe do Departamento de Auditoria VIII.

Técnico verificador superior principal António Manuel Santa Rosa Campos Garcia — auditor-chefe do Departamento de Auditoria IX.

Técnico verificador superior principal Rui Manuel Fernandes Rodrigues — auditor-chefe do Departamento de Verificação Interna de Contas.

Serviço de Apoio Regional dos Açores:

Auditor João José Branco Cordeiro de Medeiros — auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Auditor Jaime Manuel Gamboa de Melo Cabral — auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Auditor António Afonso Pereira de Sousa Arruda — auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional dos Açores.

Serviço de Apoio Regional da Madeira:

Auditora Ana Mafalda Nobre dos Reis Morbey Affonso — auditora-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira.

Auditor Fernando Maria Morais Fraga — auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira.

Auditor Alberto Miguel Faria Pestana — auditor-chefe do Departamento de Apoio Técnico do Serviço de Apoio Regional da Madeira.

Em anexo — notas curriculares dos nomeados.

30 de Dezembro de 2004. — O Director-Geral, *José F. F. Tavares*.